

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARIA DE LOURDES FREITAS DA SILVA

**EDUCAÇÃO ESCOLAR, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL:
PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA**

**ALTÔNIA, PR
2016**

MARIA DE LOURDES FREITAS DA SILVA

**EDUCAÇÃO ESCOLAR, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL:
PLANO MUNICIPAL INTERSETORIAL DO MUNICÍPIO DE ALTÔNIA**

Artigo apresentado à UFPR - Universidade Federal do Paraná como requisito para obtenção de nota na disciplina Metodologia da pesquisa, no curso de pós- Graduação em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.
Orientador: Prof. Me. Everton Ribeiro

ALTÔNIA, PR
2016

RESUMO

A pobreza é uma grande consequência da desigualdade social no mundo, o Brasil é um país rico, porém, com altos índices de desigualdade social. As altas taxas de pobreza e extrema pobreza no país decorrem, em grande parte, da ausência de políticas públicas voltadas para a assistência social. À educação, por exemplo, é atribuído um papel fundamental para o desenvolvimento econômico, apesar de seu investimento em nosso país ser irrisório se comparado a outros países em desenvolvimento. Este trabalho se propõe a investigar a intersetorialidade das políticas sociais do Programa Bolsa Família no município de Altônia-PR, a partir da identificação das ações intersetoriais das políticas de assistência social, saúde e educação. A intersetorialidade visa o desenvolvimento da integralidade das ações e à interação dos serviços relativos às condicionalidades do Programa. A coleta de dados utilizou-se pesquisa documental e bibliográfica. A análise dos dados indica que as ações intersetoriais estão articuladas, mas ainda precisam ser fortalecidas, pois a intersetorialidade das ações sociais no Programa promove a consolidação dos direitos socioassistenciais, contribuindo para o exercício da cidadania.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, Intersetorialidade, Ações Intersetoriais.

1. INTRODUÇÃO

Para melhor compreensão de como se constituiu, no município de Altônia – PR, a política de Assistência Social e dos serviços que a compõem, bem como da Implantação do Programa Bolsa Família e dos serviços que estão articulados ao Programa. Com o objetivo de identificar as ações intersetoriais das políticas de Assistência Social, saúde e educação. A Secretaria Municipal de trabalho e Ação Social é vinculada a Prefeitura Municipal de Altônia- PR, sendo responsável pela Política de Assistência Social. A referida Secretaria foi criada através da Lei Municipal número Lei 124/95 e tem por finalidade:

Atender a todas as demandas sociais no campo da assistência social. Também encaminhar tais demandas sociais aos serviços prestados pela própria secretaria (projetos); orientar a população usuária sobre seus direitos e deveres como cidadão; elaborar e executar projetos voltados à população usuária deste serviço como Ministério Público, Conselho Tutelar, Secretaria da Saúde, Secretaria da Educação, entre outros.

Altônia encontra-se em Gestão Básica no Sistema Único de Assistência Social – SUAS, assumindo a gestão da proteção social básica da Assistência Social, sendo dever do gestor, assumir a responsabilidade de organizar a proteção básica

em seu Município. Por isso, deve responsabilizar-se pela oferta de programas, projetos e serviços socioassistenciais que fortaleçam vínculos familiares e comunitários, que promovam os benefícios de Prestação Continuada (PBC) e a transferência de renda, e que vigiem direitos violados no território. De acordo com (BRASILIA, 2007):

Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (PBC), representado por uma transferência monetária mensal, no valor de um salário mínimo, é pago às pessoas com deficiência consideradas incapacitadas para a vida independente, e para o trabalho; e as pessoas idosas a partir de 65 anos de idade, obedecendo ao seguinte critério, tenha renda familiar mensal per capita inferior a 1/4 do salário mínimo, ou seja, encontram-se impossibilitados de prover sua manutenção ou tê-la provida por sua família.

No ano de 1995 foram implantados no Município de Altônia, o Centro de Referência de assistência Social; no ano de 2008 o CRAS; e posteriormente o CREAS no ano de 2010.

A assistência Social desenvolve suas atividades com famílias que tiveram seus direitos ameaçados ou violados. O CREAS possibilita proteção e a garantia dos direitos socioassistenciais das famílias.

E o CRAS, por sua vez, é uma unidade pública que deve proporcionar atendimento e ações às famílias em situação de risco, sendo que sua implantação ocorre em territórios com índices elevados de vulnerabilidade social. O mesmo atua como a principal porta de entrada do sistema Único de Assistência Social, sendo responsável pela organização e oferta de serviços de Proteção social, e atenção integral à família, que tem como objetivo oportunizar o fortalecimento de sua função primordial de proteção, segurança e socialização de seus integrantes, oferecendo um espaço de reflexão, autonomia e emancipação social, através das oficinas de geração de renda; Programa Projovem; Projeto de Convivência para pessoas idosas e pessoas com deficiências, e o projeto de atenção Integral às crianças e Adolescentes. No CRAS também se desenvolvem atividades como acolhimento, entrevista familiar, visitas domiciliares, e grupos com as famílias dos beneficiários do Programa Bolsa Família.

A maior demanda do Centro de Referência de Assistência, é o Programa Bolsa Família (PBF), que tem como objetivo proteger o grupo familiar e contribuir para o rendimento financeiro, atuando sobre as necessidades e carências básicas das famílias em situação de vulnerabilidade social. Em relação ao Programa Bolsa

Família, no CRAS, são desenvolvidas as seguintes atividades: grupos com as famílias dos beneficiários, acompanhamento das famílias que não estão cumprindo as condicionalidades do Programa, atividades informativas para a comunidade sobre o programa, inserção das famílias beneficiárias nas demais atividades, Programas e projetos oferecidos no CRAS, e visitas domiciliares.

O índice de Gestão Descentralizada – IGD do Programa BF, é um indicador que auxilia o repasse de recursos aos estados e municípios na gestão do Programa, remetendo a informações sobre a saúde, educação e assistência social. O acompanhamento atuante das condicionalidades do Programa resulta para os beneficiários, no acesso aos direitos sociais básicos, e proporciona a destinação de mais recursos para a gestão do Programa no local (BRASIL, 2009).

Em Altônia, se observa que não há diferenças nos valores do IGD. Diante disto, não ocorre diferenças dos índices de gestão descentralizada, isso indica que a saúde, educação e assistência social caminham juntas nas ações intersetoriais.

A partir da inserção da Assistência Social no Centro de Referência, surgiram questionamentos em relação ao programa Bolsa Família, a fim de compreender como são realizadas as ações intersetoriais entre as políticas da assistência social, saúde e Educação no Município de Altônia.

O Programa, através da articulação das secretarias, e do acompanhamento das condicionalidades, almeja ampliar o acesso dos beneficiários aos serviços da assistência social, saúde e educação. A partir da intersetorialidade entre as secretarias, busca-se conhecer as ações desempenhadas, a fim de contribuir com a ampliação da cobertura de acompanhamento do Programa, proporcionando as condições necessárias para o acesso das famílias ao serviço básico de saúde, educação e assistência Social.

O conhecimento acerca das ações intersetoriais do Programa no Município, pode subsidiar a definição de práticas que promovam melhorias nos índices da saúde, educação e assistência social, e assim contribuir com o aperfeiçoamento da Gestão do Programa Bolsa Família.

O acompanhamento da frequência escolar feito pelos auxiliares e pela Coordenadora, tem como objetivo combater a evasão, e estimular a progressão escolar de crianças e Jovens em situação de vulnerabilidade, realizando acompanhamento diário e mensal da baixa frequência, e identificando as razões que provocam esse fato, tendo controle e exatidão de cada aluno beneficiário,

promovendo o motivo diferenciado do descumprimento das condicionalidades, e proporcionando meios para que as famílias favorecidas do programa, cumpram os mesmos, realizando reuniões com os pais e responsáveis nas escolas em que são beneficiários.

Desta forma, o objetivo deste trabalho firmou-se em identificar as ações intersetoriais das políticas de assistência social, saúde e educação do Programa Bolsa Família no Município de Altônia - Paraná e suas contribuições para implementação do Programa. Sendo assim, pensou-se em descrever, verificar e analisar as ações intersetoriais, que são desenvolvidas pela gestão municipal das políticas Sociais do Programa Bolsa Família.

2. BOLSA FAMÍLIA E AS AÇÕES INTERSETORIAIS

A Assistência Social, junto à saúde e a Previdência Social, compõe o tripé da Seguridade social, e traz novo conceito em relação à garantia de direitos e de cidadania para a sociedade, assumindo caráter da Política de proteção Social. A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, nº 8.742/1993 tem como princípios norteadores a universalização dos direitos sociais, respeito à dignidade da autonomia do cidadão e igualdade de direitos.

A partir do processo de implementação da Política de Assistência Social, busca-se o rompimento com práticas ofertadas como favor, e a Assistência Social passa a ser reconhecida como espaço de direitos e cidadania. Como explica Couto (2008, p.187):

Afirmar a assistência social como direito é tarefa de uma sociedade. Assim, a assistência social começará a ser inscrita como direito social produzido por uma participação ativa da população, com um poder Executivo responsável e permeado por um controle social, que definirá os caminhos percorridos pela política. Os instrumentos que devem romper com a cultura devem ser perseguidos por todos aqueles que lutam, na sociedade brasileira, pela justiça social. E apesar de herdeiros de um passado crivado de preconceitos e de instrumentos autoritários na área social, também é possível identificar movimentos de rebeldia e de contraposição a esse passado, o que credencia a sociedade brasileira a tornar a assistência social uma equação possível com o direito social.

É Necessário programar as ações que garantam o acesso da população a Política de Assistência Social, assim como garantir e afiançar os seus direitos, sendo o que preconiza a legislação vigente. Uma das ações da Política de Assistência

Social, e o do Programa Bolsa Família, pauta-se na garantia dos direitos através do acesso a renda e aos serviços de assistência social, saúde e educação.

No Art. 23 da Constituição Federal de 1988, o compromisso com a erradicação da pobreza e da marginalização, é estabelecido como um dos objetivos da República Federativas do Brasil, assim como a redução das desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1997).

O Programa Bolsa Família foi criado através da Lei nº 10.836/2004, e seu Art. 1º determina que o Programa seja destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza.

As famílias que serão beneficiadas pelo programa devem ter renda per capita de até R\$ 154,00 mensais por pessoa. Os benefícios pagos pelo programa, são de quatro tipos. Benefício básico, que são para famílias extremamente pobres com renda per capita igual ou inferior a R\$77,00; Benefícios variáveis, pagos pela existência na família de crianças de 0 a 15 anos, tendo o limite de cinco crianças por família, Jovem e Infância, São considerados famílias extremamente pobres, aquelas com renda mensal de R\$77,00 até R\$ 154,00. O valor recebido pode variar.

Para o Programa Bolsa Família, os beneficiários devem assumir compromissos como condicionalidades na área da saúde e educação. Na área da saúde, as famílias beneficiárias assumem o compromisso de acompanhar o cartão de vacinação, crescimento, e desenvolvimento das crianças menores de 7 anos. As mulheres na faixa etária de 14 a 44 anos, recebem acompanhamento do pré-natal. Na educação, todas as crianças e adolescente entre 6 e 15 anos devem estar devidamente matriculados, e com frequência escolar mensal mínima de 85% da carga horária. Já os estudantes entre 16 e 17 anos devem ter frequência de, no mínimo, 75%. Na área de assistência social, crianças e adolescentes com até 15 anos, que estão em risco ou foram retiradas do trabalho infantil pelo Programa de Erradicação, devem participar dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

O Programa Bolsa Família, implantou o Sistema de Condicionalidades de acompanhamento. O Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família-SICON/PBF é:

Uma ferramenta de apoio á gestão intersetorial que integra as informações do acompanhamento de condicionalidades na área da Saúde e Educação. O Sicon promove a interoperabilidade a partir da integração e consolidação das informações de frequência escolar, vigilância nutricional, calendário de vacinação e acompanhamento de

consultas pré-natal, oriundas dos sistemas específicos desenvolvidos e gerenciados pelos Ministérios da Educação e da Saúde (BRASIL, 2016).

O Cadastro Único – CadÚnico, foi instituído pelo Decreto nº3. 877/2001, sendo um instrumento utilizado para obter informações, e dados dos usuários cadastrados, tendo como objetivo identificar e qualificar as famílias pobres. Para inserção nos programas sociais do Governo Federal, as famílias devem ser incluídas no Cadastro Único – CadÚnico.

A família que descumprir as condicionalidades do Programa Bolsa Família, está sujeita, na primeira ocorrência de descumprimento, receber uma advertência por escrito, relembrando-a dos compromissos com o programa, e da vinculação entre o cumprimento das condicionalidades e o recebimento do benefício. A advertência refere-se ao 1º descumprimento da família, que não afeta ou altera o recebimento do benefício.

No 2º descumprimento, a família terá seu benefício bloqueado por 30 dias, mas receberá acumulado no mês seguinte; No 3º, o benefício da família será suspenso por 60 dias. Já no 4º, o benefício da família será novamente suspenso por 60 dias. Nesses dois períodos de suspensão, a família ficará sem receber o benefício. E por fim, no 5º descumprimento a família terá o benefício cancelado.

Na situação de 1º descumprimento das condicionalidades, de famílias beneficiárias com adolescente de 16 e 17 anos (caso não atinja frequência escolar mensal de no mínimo 75%), ocorrerá à advertência; no 2º descumprimento será suspenso por 60 dias; e no 3º, o benefício referente ao jovem é cancelado.

Os recursos financeiros recebidos pelo índice de Gestão Descentralizada (IGD), podem ser utilizados nas áreas da saúde, educação e assistência social para articulação das três áreas. Os recursos são calculados com base no cumprimento das condicionalidades de assistência social, saúde e educação. De acordo com o Guia para Acompanhamento do Programa Bolsa Família (BRASIL, 2009 p.37), o IGD é calculado mensalmente a partir da média dos quatro indicadores que o compõem:

Indicador de qualidade do cadastro; divide-se o número de cadastro válido pela estimativa de família com renda no perfil de cadastro Único (até 1/2 salário mínimo por pessoa). Indicador de atualização cadastral: é calculado considerando o percentual de cadastro atualizado a cada dois anos. Indicador de condicionalidades de educação: é a divisão dos números de crianças e jovens com informações de frequência escolar pelo total de crianças e jovens entre seis e dezesseis anos beneficiários do PBF no município.

Identificar as ações intersetoriais das políticas de assistência social, saúde e educação do Programa Bolsa Família no Município de Altônia - Paraná e suas contribuições para implementação do Programa.

3. DADOS E ANÁLISE DAS AÇÕES INTERSETORIAIS

Este levantamento de dados, tem como objetivo identificar as ações intersetoriais das políticas de assistência social, saúde e educação do Programa Bolsa Família no Município de Altônia – PR, e suas contribuições para a implementação do Programa.

O presente trabalho utilizou pesquisa documental e bibliográfica, para conhecer os fatores que influenciam as ações intersetoriais adotadas no município. Como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados roteiros. De acordo com Trivinos (2009, p. 146):

Aquele que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à coleta, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo a medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha do seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo coletado.

São relatos concedidos de forma espontânea do Comitê Gestor e profissionais que trabalham com o Programa Bolsa Família.

Com base nos documentos e nos relatos, foi realizada a análise dos dados. Os resultados da pesquisa serão apresentados posteriormente para os Coordenadores do programa, e poderão contribuir com o aprimoramento da gestão das ações intersetoriais e a implantação do programa no município.

4 RESULTADOS OBTIDOS

4.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM ALTÔNIA NO PARANÁ

De acordo com o art. 14 do Decreto 5.209/2004, todo município deve manter uma coordenação Municipal do Programa Bolsa Família, que é responsável por promover as ações do PBF em âmbito municipal, e por cadastrar famílias no CadÚnico, além de outras atribuições. No modelo de gestão descentralizada do programa, os governos municipais são os principais gestores do Programa junto às famílias.

A Gestão do Programa Bolsa família no Município de Altônia é de responsabilidade da Secretaria do CRAS e tem como atribuições:

Responder pela Bolsa Família no Município; cadastrar famílias e bloquear/ cancelar benefícios; apurar/encaminhar denúncias às instâncias responsáveis; garantir em articulação intersetorial, a oferta dos serviços de educação / saúde aos beneficiários; articular o acompanhamento das famílias em descumprimento das condicionalidades; gerir os recursos recebidos do Índice de Gestão Descentralizada- IGD; dirigir as interlocução entre a prefeitura, e o governo do Estado e MDS; fazer a interlocução com os membros da Instância de Controle Social, garantindo o acompanhamento e a fiscalização das ações do Programa na comunidade e coordenar a relação entre os órgãos da prefeitura e entidades não governamentais, para facilitar a implantação de programas complementares.

4.2 PERCEPÇÕES SOBRE AS AÇÕES INTERSETORIAIS E AS CONDICIONALIDADES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM ALTÔNIA

No âmbito da Secretaria, o responsável pelo programa é um coordenador, que deve acompanhar a atuação do programa no CRÁS, implementando ações e promovendo a intersetorialidade entre as áreas da saúde, educação e assistência social, conforme as atribuições da gestão. O atendimento das famílias que devem ser inseridas nos Programas sociais como o PBF, ocorre no Centro de Referência de Assistência Social- CRÁS. O Programa Bolsa Família possui uma digitadora que realiza os cadastros do CadÚnico. Porém, nem todas as famílias inscritas são incluídas e beneficiadas por esse programa.

O município possui 480 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família . Tendo 700 famílias cadastradas no CadÚnico, sendo que dessas 700 famílias cadastradas, são com renda per capita de até ½ salário mínimo.

De acordo com o manual de Orientações sobre o Bolsa Família na Saúde, as famílias beneficiárias deverão ser assistidas por uma equipe de saúde da Família, ou por uma unidade básica de Saúde. É fundamental que a equipe de saúde, esclareça as famílias sobre a sua participação no cumprimento das ações que compõem as condicionalidades do Programa Bolsa Família, deixando - as ciente de suas responsabilidades na melhoria de suas condições de saúde e nutrição.

O município de Altônia, possui uma equipe de saúde da família, e sete Unidades Sanitário de Saúde que realizam o acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família. Nas Equipes de Saúde, os agentes acompanham os beneficiários do Programa, através de visitas domiciliares, com atendimento específico relativo ao programa já mencionado, é realizada a pesagem em lugares de fácil acesso para a população, podendo ser realizadas em associações comunitárias ou mesmo na unidade básica de saúde.

Como rede de serviços na área de educação, estão articulados com o Programa Bolsa Família treze escolas do Ensino Fundamental, uma de educação infantil, e uma do ensino médio que informam e acompanham as condicionalidades do Programa. A intersetorialidade do Programa Bolsa Família implica a necessidade de articulação entre as secretarias municipais de assistência social, saúde e educação.

O acompanhamento do cumprimento ou descumprimento das condicionalidades, faz parte do trabalho intersetorial que deve ser realizado pelas respectivas secretarias. As Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde e Educação, devem desenvolver ações integradas e articuladas para o acompanhamento das condicionalidades.

Como o Programa estabelece o cumprimento de condicionalidades nas áreas de saúde e educação; no município há o Comitê Gestor do Programa Bolsa Família, que desenvolve o acompanhamento das ações nas áreas da assistência social, saúde e educação, desenvolvendo atividades intersetoriais.

O Comitê é formado pelo coordenador do Programa Bolsa Família, na saúde, educação e assistência Social. O comitê reúne-se sempre que necessário para tratar de questões relacionadas ao programa, para acompanhar, contribuir, e qualificar as

ações das políticas que estão articuladas. Além disso, busca estratégias no acompanhamento de famílias que estão em descumprimento das condicionalidades, desenvolvendo ações articuladas entre as áreas da assistência social, saúde e educação. O mesmo é obtido através do monitoramento e avaliação das condicionalidades entre a saúde, educação e assistência social, realizada pelos coordenadores que representam as secretarias municipais no Comitê. Cada coordenador acompanha as atividades que devem ser realizadas pelas suas secretarias, como vacinação, pesagem, frequência escolar, e acompanhamento das famílias em situação de descumprimento. São realizados encontros mensais para os coordenadores avaliarem como está ocorrendo o acompanhamento das condicionalidades, e proporem atividades. A secretaria de educação é responsável pelo monitoramento e consolidação da frequência escolar, e quando são identificados problemas como infrequência e evasão escolar, os coordenadores informam a situação aos técnicos dos Centros de Referência de Assistência Social, para realizarem o acompanhamento socioassistencial identificando as vulnerabilidades e as necessidades das famílias e intervindo neste contexto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A intersetorialidade introduz um novo significado para as políticas sociais, ao proporcionar troca de conhecimentos, contribuir para a integração entre as áreas setoriais e, assim, considerar os usuários na sua totalidade (NASCIMENTO, 2010).

As ações intersetoriais têm como perspectiva, superar a fragmentação das políticas e desenvolver ações que propiciem o atendimento integral ao indivíduo, de acordo com as demandas e necessidades da população.

Em relação às ações intersetoriais do Programa Bolsa Família no Município de Altônia, se observou que as ações são realizadas e articuladas por cada secretaria, ou seja, ocorrem de maneira íntegra. É necessário, portanto continuar este trabalho para que cada vez mais, possa construir e fortalecer o processo intersetorial nas políticas de educação, saúde e assistência social, no âmbito do Programa BF em Altônia.

A situação identificada neste relato, pode agregar-se as pautas de debates do Município, a fim de auxiliar a promoção de um trabalho articulado entre as áreas do

Programa BF em Altônia. Assim, a intersetorialidade pode avançar e contribuir, de fato com a construção da cidadania.

REFERÊNCIAS

ALTÔNIA, Centro de Referência de Assistência Social.

BIDARRA, Zelimar Soares, Pactuar a intersetorialidade e tramar as redes consolidar o sistema de garantia dos direitos. Serviço Social e Sociedade, n.99, São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 17. Ed. Atual. Ampl. São Paulo: Saraiva 1997.

Cadastro único do Governo Federal <www.governo.brasil.com/cadunico> Acesso em: 19/05/2016

COUTO, Berenice. O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: São Paulo: Cortez, 2008.

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Avaliação das pessoas com deficiência para acesso ao Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social, Brasília, DF, 2007.

Ministério do Desenvolvimento Social de combate à fome. <<http://WWW.mds.gov.br/bolsafamilia/decretobolsaFamilia.pdf>> Acesso em: 16/06/2016.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Avaliação das pessoas com deficiência para acesso ao benefício de Prestação Continuada da assistência social:** um novo instrumento baseado na classificação internacional de Funcionalidade, Incapacidade e saúde, Brasília MDS, 2008.

Ministério do desenvolvimento social e combate à fome. Guia para acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, Brasília 2010.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a fome. **Manual do usuário do SICON-PBF.** Disponível em: <[HTTP://www.mds.gov.br/bolsafamilia/Decreto_bolsa_Familia.pdf](http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/Decreto_bolsa_Familia.pdf)> Acesso em: 10/08/2016.

NASCIMENTO, Sueli do. Reflexões sobre a intersectorialidade entre políticas públicas. **Serviço Social e Sociedade.** N.101. São Paulo Cortez, 2010.

TRIVINOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a **pesquisa qualitativa em educação.** São Paulo atlas, 2009.